

O que os empresários esperam do pacto

No Encontro Nacional da Indústria, os empresários ressaltaram que o pacto de Tancredo deve ter dois ingredientes: renegociação da dívida e redistribuição da renda.

Renegociação da dívida externa e redistribuição da renda: estes são dois ingredientes essenciais do novo pacto social a ser concretizado pelo próximo governo, e que substituirá o atual modelo de crescimento "totalmente superado". Esta opinião foi manifestada pelos principais empresários que falam ontem durante o Encontro Nacional da Indústria, no Rio.

Um dos pronunciamentos mais incisivos foi feito pelo presidente da Volvo do Brasil, o ex-ministro Karlos Rischbieter. Ele advertiu que o próximo governo terá de achar uma maneira de "permitir a incorporação à sociedade de 50 milhões de brasileiros que vivem neste país na marginalidade econômica, pois caso contrário não haverá soluções nem futuro". A prosseguir o atual processo de concentração de renda, "em breve teremos uma pequena elite dominante protegida por um grande contingente policial para evitar os assaltos".

O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Jules Eulálio Vidigal, disse que existe clima na sociedade para a redefinição do modelo econômico. Mas considerou problemática a conclusão de um novo pacto social, afirmando que o PT (Partido dos Trabalhadores) rejeita qualquer composição política.

Para Vidigal, o PT tem adotado postura contrária à solução de problemas que geram desemprego. Isso demonstraria a não-identificação do PT com os trabalhadores, "pois se tratar de um partido mais voltado para estudantes e intelectuais".

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que recebeu a medalha do "Mérito Industrial", oferecida pela Confederação Nacional da Indústria, anunciou que em breve submeterá ao ministro Leitão de Abreu, da Casa Civil, projeto concedendo mais autonomia aos sindicatos.

— Não se trata de uma desvinculação total do Ministério do Trabalho, porque temos de ir aos poucos. A desvinculação total seria acabar com a contribuição sindical. Mas, se acabarmos com ela, dos oito ou nove mil sindicatos que temos, ficariam reduzidos a um número inexpressivo deles, pois na sua maioria vivem desta contribuição sindical.

Por sua vez, Karlos Rischbieter propôs uma completa reformulação no sistema financeiro, cujos mecanismos não estão produzindo os financiamentos de que a Nação precisa. O open market (mercado aberto) "praticamente só serve para girar por dia US\$ 10 bilhões, ou seja, o financiamento de uma dívida interna de resultados puramente especulativos e não produtivos".

O Sistema Financeiro da Habitação é "elemento dinâmico da construção civil, setor de forte geração de empregos, mas pouco absorvedor de capital intensivo". Para que isso seja possível, defendeu a criação de condições que resultem no aumento da poupança, pois "a falta de capital para investir leva à consequência lógica de que o País tem de desenvolver uma política econômica que gere mão-de-obra em grande quantidade e a custo bem reduzido".

Com uma poupança interna que decidiu nos últimos anos de 20 para 15% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), é com a saída de capitais para o exterior crescendo para 5% devido à situação favorável da balança comercial, será impraticável qualquer êxito econômico e social nos próximos anos.

Ele considera o momento atual de transição política como o mais adequado para a execução das reformas tributária, financeira e salarial, pois "o futuro governo deve partir para um entendimento político e social que possibilite a confiança, ponto de partida para qualquer negócio, pois se não existe confiança na Nação e nos seus dirigentes nada se fará em termos de Brasil".

Renegociação

O diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Fracini, outro expositor do painel, também chamou a atenção para a redução da poupança e o desenvolvimento econômico, ao afirmar que "mesmo que a taxa de poupança interna recupere os níveis observados anteriormente à crise, torna-se á impossível ampliar nossa capacidade produtiva no ritmo necessário para atender aos anseios de uma população, cuja demanda por trabalho cresce a uma taxa de 2,7% ao ano".

Como solução, sugeriu a adoção de um esquema de negociação ampla da dívida externa que impeça a transferência de recursos para o Exterior. "É inconcebível que um país pobre como o Brasil transfira 4% de seu produto interno bruto ao Exterior, pois a manutenção desse ritmo de remessa de recursos comprometerá a capacidade de crescimento do País, a médio prazo."

É importante que o próximo governo saiba utilizar "o novo clima existente no País, para aumentar as pressões em busca de uma renegociação que permita uma redução dessa transferência de poupança".

O economista Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas, disse que o próximo governo deverá adotar uma política econômica conciliatória, que evite a geração de traumas sociais de uma política mais rígida, porque terá de realizar "uma ordenação jurídica e política do País que elimine os riscos políticos provocados por resultados econômicos negativos, como recessão e desemprego".

Crescimento

A retomada do desenvolvimento é imperiosa, afirmou o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Aluízio Franco (PDS-SE), ao qualificar o desemprego "como o mais sério problema social".

As explosões sociais vulnerabilizam homens e países. Porém, tão sinistros como elas são a especulação e o imobilismo, que envenenam e comprometem o próprio capitalismo.

Segundo ele, a indústria está consciente de sua importância no processo de modernização da vida econômica e social, "progresso que é incompatível com a recessão e o desemprego". Acrescentou que, "não é com o aumento salarial que se estimula o consumo, não é o abandono da agricultura que detém a inflação; não é o subdesenvolvimento que assegura o exercício da democracia".

A CNI não responsabiliza os salários pela inflação, "que tem outros motivos e fundamentos". Defendeu uma sociedade aberta e democrática, e as pequenas e médias empresas. A CNI, disse ele, também sustenta a necessidade de uma agricultura modernizada, produtiva e diversificada, que proporcione o acesso à terra e o aumento da produtividade, embora reconheça que se trata de um equívoco pensar-se ser o Brasil um país essencialmente agrícola.

Lembrou que a crise se caracteriza por desníveis regionais e salariais insuportáveis, pela dívida externa, "que enriquece os banqueiros internacionais"; pela falta de tecnologia, "que não se produz na escala desejada"; e também por "velhas e tensas relações de produção no campo e nos estragos dos termos de troca que, igualmente, ou mais que os juros, devastam a economia brasileira".